

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

A internacionalização da educação profissional no Brasil: políticas, instituições de ensino e estudantes em mobilidade.

Deise A. L. De Lucca¹, Alessandra Xavier dos Santos², Ana Paula F. Vicari³, Ivanete Bellucci Pires de Almeida⁴, Marília Macorin de Azevedo⁵

Resumo - Os estudos de políticas de internacionalização e dos programas de mobilidade possibilitam a compreensão da inserção do Brasil no cenário de uma Educação da “comunidade” Global. A atuação dos países no processo de internacionalização reflete sua posição política, econômica, científica e tecnológica no mundo globalizado. Os programas de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras são definidos por diferentes percepções, dificultando o aprimoramento dessa estratégia educacional. Desse modo, por meio de leitura analítica de artigos científicos, propõe-se neste trabalho apresentar o processo de internacionalização da educação profissional, com destaque para as IES brasileiras públicas, apontando seus principais desafios.

Palavras-Chave: Educação Profissional, Internacionalização, Mobilidade Internacional

Abstract - The studies of internationalization policies and mobility programs make it possible to understand the insertion of Brazil in the context of an Education of the Global "community". The actions of the countries in the internationalization process reflect their political, economic, scientific and technological position in the globalized world. The internationalization programs in Brazilian Higher Education Institutions (HEI) are defined by different perceptions, making it difficult to improve this educational strategy. Thus, through an analytical reading of scientific articles, it is proposed in this paper to present the process of internationalization of professional education, highlighting the Brazilian public HEI, pointing out its main challenges.

Keywords: Professional Education, Internationalization, International Mobility

¹ Deise A. L. De Lucca – Programa de Mestrado Profissional do CEETEPS - accul@uol.com.br

² Alessandra dos Santos - Programa de Mestrado Profissional do CEETEPS - alessandranutri@hotmail.com

³ Ana Paula F. Vicari - Programa de Mestrado Profissional do CEETEPS – ana.fvicari@gmail.com

⁴ Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida – Programa de Mestrado Profissional do CEETEPS - ivanete.bellucci@gmail.com

⁵ Profa. Dra. Marília Macorin de Azevedo - Programa de Mestrado Profissional do CEETEPS - marilia.azevedo@fatec.sp.gov.br

1. Introdução

A ênfase dada à internacionalização do Ensino Superior por meio das políticas de acreditação das Universidades tem colocado na pauta educacional a discussão de seus objetivos, impactos e resultados no plano de desenvolvimento do País, além da atuação de seus agentes e de suas estratégias. Dessa forma, tem-se por objetivo analisar o processo de internacionalização da educação profissional com destaque para a atuação das instituições de ensino superior brasileiras e as oportunidades para os estudantes no exterior.

Para tal análise, é preciso compreender que diferentes visões do processo de internacionalização são encontradas, muitas vezes em uma única Instituição de Ensino Superior: para Maria Tereza Leme Fleury⁶, a internacionalização estrutura-se por atividades e programas internacionais e de mobilidade acadêmica como iniciativas de desenvolvimento e pesquisa. Para Manolita Correia Lima⁷, ela é a transmissão da educação de uma economia dominante a outros países por meio de disposições diversas, como sucursais ou franquias de universidades. Segundo Knight, para muitos educadores, internacionalização significa a inclusão do saber intercultural e/ou global dentro do currículo e do processo de ensino-aprendizagem. Recentemente, há pesquisas que classificam a ênfase no comércio de educação superior como processo de internacionalização (KNIGHT, 2010).

A pressão do progresso técnico e de modernização conduz a procura da educação nos polos de desenvolvimento. Os estudos de educação comparada apontam como o desenvolvimento no capital humano opera em direção ao aumento da produtividade e ao crescimento. As aptidões e os conhecimentos globais são almejados para a formação de profissionais inovadores, cientistas e quadros técnicos de alto nível. Dessa forma, o processo de transnacionalização da economia favorece o processo de internacionalização da educação.

Os diferentes conceitos de internacionalização estão diretamente relacionados ao modo que o processo de internacionalização é estruturado, em sua relação interdependente entre o estado-nação, as universidades e os demais agentes que atuam nas políticas. A inserção dos países no processo de internacionalização reflete sua posição política, econômica, científica e tecnológica no cenário global, ou seja, os rumos tomados pelas políticas educacionais e posicionamento frente às oportunidades da mobilidade se efetivar.

A busca por experiências internacionais tem aumentado, tendo como principais destinos os países que possuem melhor tecnologia e capacitação na gestão empresarial (ZAMBERLAM *et al*, 2009).

1. Referencial Teórico:

Há uma interdependência entre o plano de desenvolvimento nacional junto à economia global com o processo de internacionalização do Ensino Superior. Dois fatores destacam-se como fomentadores do processo de internacionalização da educação: a tendência de categorizar a educação superior como serviço,

⁶ Maria Tereza Fleury - Professora titular da FEA/USP foi diretora e vice diretora da faculdade no período 1998 a 2006. Estratégias e Competências para a Internacionalização de Instituições de Ensino Superior do Brasil

⁷ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Professora titular do Programa de Mestrado da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

regulamentada pela Organização Mundial do Comércio – OMC, e o predomínio da concepção de transnacionalização em que as demandas por profissionais capacitados para um mercado global emergem.

Tais fatores podem ser identificados no exemplo da União Europeia, marco da política global, que, ao consolidar seu bloco econômico em 1991, impulsionou o processo de internacionalização da educação, ao transformar a economia de mercado e incentivar a mobilidade de bens e pessoas. Esse processo econômico e político exigiu que fosse estabelecido um “senso comum de valores” voltados às aptidões e conhecimentos imprescindíveis ao seu desenvolvimento. Como consequência, foi assinada, em 1999, a Declaração de Bolonha que buscava a integração dos sistemas universitários, afinando-os com seus propósitos, resultando numa elevada homogeneização dos sistemas de formação profissional entre os países participantes, promovendo reformas curriculares e estratégias comuns entre os países (MOROSINI, 2006).

Nesse contexto, citamos a implantação do Programa Erasmus Mundus (EM), criado e financiado pela União Europeia em 2004 com o objetivo de promover a excelência da educação superior e pesquisa dos países europeus e ao mesmo tempo reforçar os laços acadêmicos com países de todo o mundo. Bolsas de estudos integrais são concedidas para cursos de mestrado e doutorado pertencentes ao EM. Atualmente o EM se estrutura em três eixos (ações) e a participação brasileira pode se encaixar nas seguintes modalidades: bolsas de mestrado e doutorado de alto nível para cursos conjuntos EM; redes em disciplinas específicas formadas por instituições brasileiras e européias (incluindo bolsas); consórcios institucionais para a promoção do ensino superior europeu.

Outro importante marco histórico de incentivo à internacionalização aconteceu na conferência da UNESCO (1998), na Declaração Mundial de Educação Superior, em que se afirma:

A qualidade requer também que o ensino superior esteja caracterizado por sua dimensão internacional: o intercâmbio de conhecimentos, a criação de sistemas interativos, a mobilidade de professores e estudantes e os projetos de investigação internacionais, ainda quando se tenha devidamente em conta os valores culturais e as situações nacionais (UNESCO, 1998, art.11º, d, p. 8).

A mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores apresenta-se como componente chave da internacionalização da educação; entretanto, congrega-se a outros de extrema importância, como acordos de cooperação e projetos de desenvolvimento internacional, conectados às políticas globais e regionais.

Bartell (2003) conceitua a Internacionalização como trocas internacionais relacionadas à educação e a globalização, que podem ser realizadas a partir da presença de estudantes estrangeiros e convênios; de concessões de pesquisa internacional; de projetos de pesquisa internacionais cooperativados; associações internacionais envolvendo consultoria, e acordos de cooperação diversos.

Para Gacel-Ávila (2005), a internacionalização é uma estratégia educativa e política inovadora e complexa que pode responder às necessidades educativas do mundo globalizado ao aprimorar os sistemas educativos. Entretanto, é preciso ainda aprender a conciliar o plano regional com o global.

Lima e Maranhão (2009) definem como ativo e passivo os modos em que o processo de internacionalização ocorre. A internacionalização ativa é vista quando as políticas dos países permitem receber alunos de outros países e oferecer serviços educacionais no exterior, exportando e instalando campus em outros países. A internacionalização passiva se caracteriza pela inexistência de uma política clara para o envio de alunos para outros países, e pela falta da estrutura de recursos materiais e humanos para receber ou oferecer esse serviço a outros países.

As características predominantes no Brasil são de internacionalização passiva. Entre as motivações (econômicas, socioculturais, acadêmicas e administrativas) que levam o estudante brasileiro à mobilidade de seus estudos, a motivação de natureza econômica exerce maior importância. A relação dos custos financeiros e formação oferecida, a possibilidade de trabalhar e/ou de obter algum recurso financeiro, ou ainda, a existência de oportunidades no mercado de trabalho, são fatores que interferem na escolha, diferentemente dos estudantes de países de internacionalização ativa, prevalecendo os fatores socioculturais e acadêmicos (LIMA; MARANHÃO, 2009).

O conhecimento científico-técnico durante séculos foi negado em parte aos países e povos colonizados e por isso, ainda hoje, a internacionalização do ensino, que possibilita intercâmbio cultural e científico, representa um grande desafio para os países em desenvolvimento (JESUS, 2014).

A Educação Superior Brasileira é controlada, autorizada e supervisionada pelo poder público. Assim, o Estado-Nação, regulador da Educação Superior, torna-se um consumidor de serviços de educação superior estrangeira, procurando saberes e práticas onde a educação é um bem de alto valor reconhecido. Estudos apontam sete países em que se concentram a mobilidade estudantil: Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália. (LIMA; MARANHÃO, 2009).

A preferência por esses países demonstra a tendência da política global de internacionalização de atender a uma economia da informação, ao se concentrar em países que possuem alta tecnologia e gestão. SHIELDS e EDWARDS (2010) referem-se a esses países como “núcleo”, e como “periféricos” aqueles que possuem pouca participação na internacionalização. Entretanto, mostram que mudanças já podem ser vistas, citando a Arábia Saudita e Singapura que investiram na criação de um Campus de excelência em pesquisa tecnológica, e, através de acordos cooperativos estão desenvolvendo redes de ensino e pesquisa que tem atraído um grande número de estudantes. Essa estratégia trouxe esses países à rota dos mais procurados e reconhecidos pela alta qualidade educacional.

Assim, no Brasil a política de internacionalização se torna um importante constituinte dos planos e programas estratégicos de desenvolvimento, uma vez que, a Educação Superior é vista como investimento feito para assegurar e melhorar os meios de produção para o desenvolvimento econômico e social. No cerne do desenvolvimento estão os mercados que, por suas demandas, impulsionam e coordenam as ações dos agentes do campo político e educacional, promovendo, assim, uma composição híbrida de Estado-Nação e mercado na determinação dos valores que fornecem o direcionamento das políticas de internacionalização.

Essa composição híbrida gera a dualidade da necessidade de educação superior em massa em vista de ascensão social, como a configuração de uma formação com excelência capaz de enfrentar os novos desafios de inovação e de tecnologias, tais como nos conhecimentos éticos, do direito e da saúde formulados em uma economia do conhecimento capaz de operar à escala mundial (MOROSINI, 2006).

De acordo com Chaves e Castro (2016), os países da América Latina estão inseridos no processo de mobilidade estudantil de forma embrionária e periférica. Os principais motivos para o Brasil encontrar-se inserido no processo de internacionalização de forma retardatária são a jovialidade do seu sistema de ensino superior quando comparado com os sistemas dos países desenvolvidos e a dificuldade com a língua estrangeira.

Mas, é possível identificar políticas educacionais que participam de um plano educacional voltado ao desenvolvimento humano na sociedade, comprometidas com a inclusão social e a integração regional. Lima e Maranhão (2009) apontam como projetos em desenvolvimento que seguem esse conceito: Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA; Foz do Iguaçu/Paraná; Universidade Federal de Integração Luso-Afrobrasileira (UNILAB) (Redenção/Ceará), e Universidade Global da Bacia Amazônica (Santarém/Pará). Além de projetos já consolidados: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP/Brasil), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO/vários países)⁸, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/vários países)⁹, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC/UNESCO), Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM/ vários países), Associação de Universidades da América Latina entre outros.

O Brasil tem a tradição de ser um país emissor de estudantes, porém, ainda apresenta uma representatividade pequena em relação ao número de estudantes de ensino superior. De acordo com relatório da UNESCO de 2005, apenas 0,5% dos alunos estavam participando em mobilidade no Exterior (STALLIVIERI, 2009).

Somente em 2007 houve um investimento considerável pelo governo brasileiro na capacitação e formação de brasileiros no exterior, através do Programa Ciências sem Fronteiras. Os benefícios não se restringem a aproximação brasileira do conhecimento científico e tecnológico global. Muitos outros benefícios sucedem desse fenômeno, desde a ampliação da capacidade de investigação e

⁸ Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO/vários países).

⁹ Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO/vários países).

produção de conhecimento da comunidade acadêmica e, conseqüentemente, um novo posicionamento da instituição em âmbito mundial, até os ganhos para o indivíduo partícipe do processo, como salienta Stallivieri:

Paralelamente aos ganhos acima elencados, e no cerne de tudo isso, está o ganho individual de cada professor, de cada pesquisador, de cada gestor ou de cada aluno. É inquestionável o crescimento profissional que cada um adquire com uma experiência internacional, seja ela vivida no Exterior, seja convivendo com outras nacionalidades no próprio campus universitário (STALLIVIERI, 2009, p. 34).

O Ministério das Relações Exteriores disponibiliza orientações aos estudantes que pretendem realizar cursos no exterior. Existem diversas cartilhas de orientação direcionadas a este público, com orientações específicas sobre os países: Alemanha, Bolívia, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega e Portugal. Tais guias têm por objetivo contribuir para que os estudantes brasileiros conheçam um pouco mais sobre o país e, dessa forma, fiquem mais preparados para a viagem. Para tanto, apresentam informações gerais sobre cada país, documentação necessária a quem pretende e como proceder no retorno ao Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), tem importante papel nas ações de cooperação internacional. A Capes possui diversos programas de bolsas de estudo no exterior, com valores variados para cada país de destino, para intercâmbio de alunos de cursos de pós-graduação: Doutorado, Doutorado Sanduiche, Pesquisa Pós-Doutoral, Estágio Sênior, Apoio a Eventos no Exterior, Programa de Áreas Estratégicas e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, além do Grande Prêmio CAPES de Teses. (CAPES, 2017).

Antes da existência da Lei de Diretrizes e Bases aplicada à educação nacional, aprovada em 1996, a realização da graduação completa ou parte dela no exterior era mais restrita devido a complicações para reconhecimento do diploma estrangeiro no Brasil. A flexibilização da graduação tende a viabilizar intercâmbios para aprimorar a qualidade no ensino (MOROSINI, 2011).

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece que os diplomas de graduação expedidos por unidades estrangeiras poderão ser revalidados por universidades públicas que ofereçam curso equivalente. De maneira semelhante, os diplomas de mestrado e/ou doutorado só poderão ser revalidados por universidades brasileiras que ofereçam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior (BRASIL, 1996).

De acordo com Miura (2006), o processo de internacionalização da educação está atrelado a benefícios e obstáculos. Em relação aos estudantes, destaca-se a oportunidade de aprimoramento devido à exposição cultural; no entanto, a falta de uma política de internacionalização específica pode representar um obstáculo ao processo.

Desiderio (2006) considera como um fator negativo associado à internacionalização, o risco de *brain drain* ou evasão de cérebros, que implica em exercício profissional em outros países, levando à perda de recursos humanos brasileiros qualificados.

2. Método

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica exploratória qualitativa, partindo de uma tese sobre o Estado de conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas de Marília Costa Morosini (2006, 2011) e complementando e atualizando os dados por meio de artigos em revistas especializadas mais recentes: Desiderio (2006), Miura (2006), Lima e Maranhão (2009), Stalliveiri (2009), Zamberlam (2009), Azevedo (2014), Luce *et al* (2016), além de publicações da CAPES. A pesquisa estrutura-se por conceituar o processo de internacionalização em suas diferentes visões, considerando as abordagens acerca das políticas, das Instituições de ensino Superior, dos estudantes e professores em mobilidade.

3. Discussão

O processo de Internacionalização revela-se como importante movimento à inserção do Brasil na formação de mão de obra qualificada, à pesquisa e ao avanço tecnológico, tendo, portanto, um papel estratégico no desenvolvimento nacional. Entretanto, para alguns estudiosos, a forte presença desses polos de desenvolvimento aliados à categorização do Ensino Superior como serviço, traz a preocupação de que países que atuam num modo passivo de interação, nesse processo, atuando exclusivamente na mobilidade estudantil, tornem-se consumidores de uma “franquia” de conhecimento, fazendo com que as Instituições de ensino privilegiem o conhecimento global em detrimento do conhecimento e fortalecimento regional. Essa visão da internacionalização converge para uma variedade de entendimentos, interpretações e aplicações,

...oscilando entre uma visão minimalista, instrumental e estática, tal como a busca de financiamento externo para programas de estudos no exterior, intercâmbio internacional de estudantes, realização de pesquisas internacionalmente e uma visão de internacionalização como complexa, de ampla abrangência, orientada por políticas e que permeia a vida, a cultura, o currículo, o ensino assim como atividades de pesquisa, da universidade e seus membros (BARTELL, 2003, p. 46).

As preocupações entre o global e o regional apontam para a importância de um diagnóstico prévio e profundo para o desenvolvimento de um plano de inserção internacional que vá ao encontro do plano de ação institucional. Stallivieri enfatiza que: “Para uma internacionalização eficaz, é necessário que a própria instituição tenha clareza de seu potencial de oferta e da recepção de cooperação” (STALLIVIERI, 2009, p. 41).

Programas de mobilidade de longa duração que possibilitem os estudos aos estudantes de países menos desenvolvidos em países mais desenvolvidos, “*vertical mobility*”, e programas de mobilidade entre instituições em nível de

igualdade “*horizontal mobility*”, geralmente de menor período pela maior facilidade de adaptação dos partícipes, devem participar do planejamento estratégico das Instituições (UNESCO, 1998).

Essa necessidade de aprimoramento dos nossos processos de Internacionalização está refletida em dados apresentados em pesquisas realizadas pela OCDE, como a previsão de crescimento da demanda em 200% nos próximos 15 anos, por educação superior internacional. O fato de a Ásia ser o país com o maior número de estudantes no exterior (representava 60% dos estudantes internacionais nos monitoramentos dos números de mobilidade da OCDE entre 2000 e 2005), seguido da Europa (30%), e da América Latina ainda ter uma baixa representatividade devido à defasagem de políticas de internacionalização e de sistemas de equivalência condizente:

A inexistência de um espaço latino-americano de educação superior, bem como de um sistema organizado e harmônico de aproveitamento de estudos e de reconhecimento de créditos, que facilite a participação sistemática para os estudantes internacionais em mobilidade, é um dos fatores que deve ser considerado no momento de análise da baixa mobilidade (STALLIVIERI, 2009, p. 84).

Os alunos, professores e pesquisadores em mobilidade precisam encontrar espaços favoráveis para os diálogos do global e regional. Estes espaços não são apenas as Universidades do Exterior, mas as Instituições Brasileiras de Ensino Superior, na posição de parceiro que envia estudantes, como que recebe estudantes estrangeiros, e os seus próprios que estiveram em mobilidade, com condições favoráveis à aprendizagem e disseminação do conhecimento.

Entre as questões que envolvem os estudantes em mobilidade estão: as questões linguísticas, e falta de oferta de cursos de língua portuguesa no Brasil e no exterior; as questões acadêmicas, especialmente relacionadas ao aproveitamento e estudos e reconhecimento de créditos; as questões logísticas: documentações e regulamentações que dificultam a permanência do estrangeiro em solo brasileiro; e as questões administrativas, como falta de infraestrutura e de atendimento especializado para estrangeiros dentro e fora das instituições de ensino.

Fluxo, mobilidade, recombinação e emergência tornaram-se temas favoritos à medida que a globalização e a transnacionalidade passaram a fornecer os contextos para nossa reflexão sobre a cultura. Hoje procuramos locais para testar nossas teorias onde pelo menos alguns dos seus habitantes são crioulos, cosmopolitas ou cyborgs, onde as comunidades são diásporas e as fronteiras na realidade não imobilizam, mas, curiosamente, são atravessadas. Frequentemente é nas regiões fronteiriças que as coisas acontecem, e hibridiz e colagem são algumas de nossas expressões preferidas por identificar qualidades nas pessoas e em suas produções. (HANNERZ, 1997, p. 7 *apud* AZEVEDO, 2014).

Segundo Leonardo Francisco de Azevedo, numa pesquisa etnográfica realizada em 2014 na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia do RN, a experiência multicultural que a mobilidade oferece é um dos pontos mais valorizados. Mas,

retornar e encontrar campo para que toda essa bagagem encontre aplicação, tanto no campo de pesquisas quanto no mercado de trabalho é fundamental para que não haja frustração, ou dificuldade na relação de pertencimento no seu retorno. Muitos relatos apresentam essa preocupação:

Ao mesmo tempo, me dei conta de que estou mais próxima de voltar pra o que eu era antes dessa loucura toda. Apesar de “o que eu era” e “o que eu sou” serem a mesma coisa (ou a mesma pessoa, como queiram), é diferente. Pode isso? O que sei é que isso que eu tô vivendo, essa experiência, é sem dúvida a mais intensa da minha vida e provavelmente nada se comparará a isso tudo [ainda que algum dia eu pule de paraquedas do Everest ou que eu nade de biquíni no Ganges. rs] Enquanto historiadora, confesso: tô curiosa pra saber como vou interpretar todos esses fatos no futuro... (AZEVEDO, 2014, P. 13)

Não nos atentarmos a tais pontos é correremos o risco de que os investimentos se percam com a saída desses estudantes para oportunidades fora do país. A “fuga dos cérebros” para os países ricos é um tema já apontado por Delors (2012) no Relatório para UNESCO. Entre os anos de 1960 e 1990, mais de um milhão de profissionais migraram para os Estados Unidos e Canadá. Cerca de 35% dos professores universitários nos EUA, são estrangeiros.

4. Considerações Finais:

Para o Brasil, país em desenvolvimento, investir na internacionalização da educação superior é, atualmente, uma estratégia de aproximação e transferência de conhecimento tecnológico e científico, assim como de formação de mão-de-obra qualificada. É preciso que em conjunto com essa estratégia, seja desenvolvido um ambiente propício para que esse conhecimento encontre campo fértil para o desenvolvimento endógeno de suas próprias tecnologias e pesquisas, sobretudo: na construção de polos regionais de desenvolvimento e pesquisa a fim de alcançar uma posição relevante dentro dos polos de produção científica e tecnológica; na flexibilização de conteúdos; na melhoria de qualidade da estrutura para receber alunos estrangeiros; no investimento no ensino de línguas estrangeiras, bem como no ensino da língua portuguesa aos estrangeiros; e por fim, desenvolver programas de internacionalização que sejam inclusivos nas diferentes classes sociais.

É preciso que os alunos sejam conhecedores dessa oportunidade e de seus processos e comprometidos com seu crescimento profissional e do desenvolvimento nacional. Há um enorme desafio ao se pensar na reestruturação do ensino superior para que o processo de internacionalização não se limite ao patamar de consumo de educação de outros países, mas alcance condições para que o Brasil possa sair de internacionalização passiva, para protagonista no exterior e em seu próprio território. Entretanto, os resultados desse processo são promissores e se colocam como estratégia preponderante para os resultados mais cobiçados no plano de desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Leonardo Francisco. Intercâmbios acadêmicos: experiência e liminaridade em terras estrangeiras. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo de. **Internacionalização da educação superior no Brasil: programa de indução à mobilidade estudantil**. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. (CAPES). **Bolsas no exterior**. 25 out. 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-externo>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

DESIDERIO, Edilma de Jesus. **Migração internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do programa Estudante-Convênio de Graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro**. 2006. 220 p. Dissertação (Mestrado em estudos populacionais e pesquisas sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.

JESUS, Bianka de. **Ensino Superior no Brasil: Internacionalização hoje e os acordos MEC-USAID. Ciência e Luta de Classes Digital**. v.1, n.1, p. 34-44, 2014.

LIMA, Manolita Correia e MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Revista Avaliação (Campinas)**, vol.14, n..3, p.583-610, nov 2009. ISSN 1414-4077.

LUCE, Maria Beatriz Moreira *et al.* Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Revista Avaliação (Campinas)**, v. 21, p. 317-340, 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Educação**. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/cartilhas/educacao>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. 2006. 365 p. Tese (Livre Docência) - USP, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educação em Revista**, Dez 2006, no. 28, p.107-124. ISSN 0104-4060

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, n.1, p. 93-112, abr. 2011.

SHIELDS, Robins e EDWARDS, Rebeca. Student Mobility and Emerging Hubs in Higher Education. In: Higher Education Policy and Global Competition Phenomenon edited by PORTINOI, Laura; RUST, Val e BAGLEY, Silva. Pallgrave Macmilliam, 2010.

STALLIVIERI, Luciane. **As dinâmicas de uma nova linguagem intercultural na mobilidade acadêmica internacional**. Universidad del Salvador, Buenos Aires, Argentina, 2009.

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* **Os estudantes internacionais no processo globalizador e a internacionalização do ensino superior**. Porto Alegre: Solidus, 2009. 140p.